

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.219.469 - DF (2017/0317798-4)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : JOANIR SERAFIM WEIRICH
ADVOGADOS : ELIZABETH PEREIRA DE OLIVEIRA - DF017348
CLARISSA COELHO SARAIVA DE ALVES RODRIGUES - DF018661
FREDERICO SOARES DE ALVARENGA - DF019468
AGRAVADO : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADOS : SÉRGIO EDUARDO FISHER E OUTRO(S) - RJ017119
LUCIANO BANDEIRA ARANTES - RJ085276
MARCUS FLÁVIO HORTA CALDEIRA E OUTRO(S) - DF013418
ADVOGADA : TERESA CRISTINA AMORIM PERES DA SILVA - DF026817

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ORA AGRAVADA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 1.021, §1º, DO CPC E INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 182 DO STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Hipótese em que, nas razões do agravo interno, a agravante deixou de infirmar de maneira clara e específica o ponto do *decisum* ora hostilizado em que se aplicou o óbice da Súmula 211/STJ, diante da falta de questionamento do art. 884 do Código Civil.

3. Inexistindo impugnação específica, como seria de rigor, aos fundamentos da decisão ora agravada, essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida. Desse modo, no presente caso, resta caracterizada a inobservância ao disposto no art. 1.021, §1º, do CPC e a incidência da Súmula nº 182/STJ.

4. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, não conhecer do agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator